

Inclusão de mulheres negras na educação a partir do acolhimento de suas crianças no Programa Projovem Campo

Inclusion of black women in education from the shelter of their children in Projovem Field Program

Inclusión de mujeres negras en la educación del refugio de sus hijos en el Programa de Campo Projovem

Marina Morena Alves de Figueiredo
Universidade de Brasília
morennafigueiredo@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0001-7050-9791>

Maria da Conceição da Silva Freitas
Universidade de Brasília
mariadaconcecaosilvafreitas@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-6557-3171>

RESUMO

Este artigo discute a inclusão das jovens mulheres negras e mães na educação básica por meio da implementação das salas de acolhimento do Programa Projovem Campo. Essas salas têm como objetivo apoiar as mães do programa que não têm com quem deixar seus filhos no horário das aulas, proporcionando o acolhimento das crianças enquanto as jovens estudam. No contexto de uma sociedade de estrutura patriarcal, esta iniciativa é uma ação afirmativa de inclusão das jovens mulheres mães em espaços educacionais. Deste modo, foi realizado um estudo de caso no CEF Pípiripau II, na Zona Rural de Planaltina/DF e os resultados do trabalho de campo indicaram dificuldades na implementação e execução da sala de acolhimento. Destacam-se, entre estas, o não cumprimento de ações estabelecidas no desenho da política, como a falta de um espaço específico e de materiais para a sala de acolhimento e a falta de monitores para desenvolver as atividades.

Palavras-chave: Educação Básica. Mulheres Negras. Salas de Acolhimento.

ABSTRACT

This article discusses the inclusion of young black women and mothers in basic education through the implementation of Projovem Campo Program's reception rooms. These rooms are intended to support program mothers who have no one to leave their children with during school hours by providing childcare while the young women study. In the context of a patriarchal society, this initiative is an affirmative action to include young women mothers in educational spaces. Thus, a case study was conducted at CEF Pípiripau II, in the Rural Area of Planaltina / DF and the results of the fieldwork indicated difficulties in the implementation and execution of the reception room. Notable among these are the non-compliance with actions established in the policy design, such as the lack of specific space and materials for the reception room and the lack of monitors to develop the activities.

Keywords: Basic Education. Black Women. Reception Halls.

RESUMEN

Este artículo analiza la inclusión de mujeres y madres negras jóvenes en la educación básica a través de la implementación de las salas de recepción del Programa Projovem Campo. Estas salas están destinadas a apoyar a las madres del programa que no tienen a nadie con quien dejar a sus hijos durante el horario escolar al proporcionar cuidado de niños mientras las jóvenes estudian. En el contexto de una sociedad patriarcal, esta iniciativa es una acción afirmativa para incluir a mujeres jóvenes madres en espacios educativos. Por lo tanto, se realizó un estudio de caso en CEF Pípiripau II, en la zona rural de Planaltina / DF y los resultados del trabajo de campo indicaron dificultades en la implementación y ejecución de la sala de recepción. Entre estos destacan el incumplimiento de las acciones establecidas en el diseño de la política, como la falta de espacio y materiales específicos para la sala de recepción y la falta de monitores para desarrollar las actividades.

Palabras clave: Educación Básica. Mujeres Negras. Salones de Recepción.

Introdução

Este artigo objetiva discutir a implementação das salas de acolhimento do Programa Projovem Campo com enfoque na promoção da equidade de raça e gênero na educação. A Política Nacional de Juventude (PNJ) demonstra o reconhecimento do Governo sobre a necessidade de políticas sociais específicas para o segmento juvenil. Dentre as diversas políticas para a juventude, a presente pesquisa buscou retratar o Programa Projovem Campo, na área de educação, destinado a promover a conclusão do

Ensino Fundamental dos jovens, de 18 a 29 anos, que não concluíram essa etapa de escolarização na idade certa.

O PNJ traz diretrizes para elaboração, implantação, avaliação e monitoramento de políticas destinadas à juventude no qual, destacam-se diversos programas de inclusão social dos jovens, elaborados na última década, dentre eles, o programa Projovem Integrado que inclui o Projovem Adolescente, o Projovem Trabalhador, o Projovem Campo e o Projovem Urbano. Os dois últimos programas, criados em 2008, têm como finalidade oferecer formação integral associando a formação básica para elevação da escolaridade, com a conclusão do Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), à qualificação profissional inicial (BRASIL, 2014).

Dentre os programas do PNJ, o Projovem Campo (e também o Urbano) destaca-se na área de educação por promover a conclusão do ensino fundamental aos jovens que já deveriam ter concluído tal etapa. De fato, conciliar estudos, trabalho e vida familiar é uma árdua tarefa e muitos jovens acabam por abandonar os estudos. E no intuito de contribuir com esses jovens que são mães e pais, em 2012, foram feitas alterações na execução desse programa¹, e entre estas, ressalta-se a criação das salas de acolhimento nas escolas, onde são desenvolvidos os núcleos do programa (BRASIL, 2014).

As salas de acolhimento têm como objetivo apoiar as estudantes do Programa Projovem que têm filhos, e não têm com quem deixá-los no horário das aulas, proporcionando o acolhimento das crianças enquanto as jovens estudam. No contexto de uma sociedade de estrutura patriarcal, em que as atividades reprodutivas, vinculadas ao cuidado dos filhos, ainda são impostas às mulheres, importa destacar que, a iniciativa das Salas de Acolhimento ²é uma ação afirmativa de inclusão das jovens mulheres mães em espaços educacionais.

Evidencia-se assim, que há necessidade de constante desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas voltadas a atender as demandas de estudos e qualificação profissional das jovens mulheres que visem à sua inclusão nas universidades

¹ Art. 6 da Resolução^o 11, de 16 de abril de 2014. Conselho deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

² A Resolução CD/FNDE n^o 60/ 2011, publicada em 9 de novembro.

e no mercado de trabalho. Para tanto, ações como as salas de acolhimento são importantes para garantir a conclusão do ensino fundamental das jovens mães.

Denota-se, também, o contexto de desigualdades raciais que fazem com que a população negra tenha um déficit educacional em comparação à população branca, demonstrando maior dificuldade de acesso e permanência na escola. No que se refere à escolarização, as desigualdades entre brancos e negros estão relacionadas a múltiplos fatores, dentre estes, renda familiar, acesso a bens públicos e racismo institucional. As consequências para a população negra se traduzem, entre outros fatores, em menor frequência escolar e taxas de escolarização líquida de negros inferiores as de brancos nos ensinos médio e superior (IPEA, 2014).

Desse modo, ações e políticas, que visem adar suporte para a conclusão da educação básica, devem considerar a interseccionalidade de gênero e raça para a promoção de equidade na educação. As desigualdades do sistema educacional brasileiro retratam as diferenças de gênero e raça que marcam a sociedade. Os indicadores educacionais apontam a dupla discriminação que sofrem as mulheres negras em sua trajetória educacional. Com efeito, temos um sistema educacional segregador. Gomes (2002 p.20) reforça essa tese ao afirmar que “o sistema sempre reservou aos negros e pobres uma educação de inferior qualidade, destinando o essencial dos recursos materiais, humanos e financeiros, voltados à educação de todos os brasileiros, a um pequeno contingente da população”.

Apesar de, no campo educacional, a discrepância entre homens e mulheres ter diminuído nas últimas décadas, a desigualdade racial se mantém fazendo com que as mulheres negras tenham oportunidades limitadas para concluírem a Educação Básica, conforme estudo de Sotero (2013) no qual a autora enfatiza que, na separação entre homens e mulheres considerando a classificação racial, há grande diferença entre mulheres brancas e mulheres negras no campo da educação. Ainda segundo a autora, é fundamental a intersecção dessas múltiplas dimensões para a superação dos eixos de opressão sexista, racista e classista.

Querino (2011) aponta que trabalhar com o conceito de interseccionalidade de gênero e raça no campo da educação é enriquecedor e necessário para formulação de

políticas e ações capazes de oferecer soluções para os diversos problemas da educação no país. Nesse sentido, torna-se necessário propiciar mecanismos que considerem gênero, raça e classe para possibilitar que as jovens permaneçam na escola.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que os jovens que têm filhos apresentam maior dificuldade em conciliar trabalho, estudo e vida familiar, e um dos mecanismos de assistência à juventude com filhos é o acesso à creche. Outro mecanismo de assistência é a criação das salas de acolhimento do Programa Projovem, que dá parte do suporte material necessário para que as jovens mães possam estudar. Nessa perspectiva, este estudo analisou, por meio de um estudo de caso, a efetividade da sala de acolhimento como mecanismo de inclusão das jovens estudantes negras e mães nos espaços educacionais.

Metodologia

A escolha do método científico está intrinsecamente relacionada com a visão de mundo do pesquisador. A opção por um método, bem como por distintos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, demonstra as afinidades quanto às concepções de mundo e experiências de vida dessas pesquisadoras. Assim, com o intuito de contribuir para a adoção de epistemologias feministas e afrocentradas na construção da ciência, buscou-se nesta pesquisa destacar o protagonismo das mulheres negras nos processos sociais.

Posto isso, primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico a fim de averiguar a produção sobre a temática da juventude e as políticas públicas destinadas a esse segmento social. Concomitantemente, considerou-se na revisão da literatura a transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas relacionando-as com as políticas destinadas às jovens mulheres negras e à educação no campo.

Em seguida, foi feito um levantamento das instituições do Distrito Federal que realizam o Programa Projovem Campo no Distrito Federal, por meio de contato telefônico com a Secretaria de Educação do DF. Notadamente, havia uma única escola executora, no

ano de 2016, o Centro de Ensino Fundamental Pipiripau II na Zona Rural de Planaltina/DF, indicando que a execução desse programa nessa Unidade da Federação é incipiente. Houve, portanto, essa única opção para estudo de caso do Programa Projovem no Distrito Federal.

Definido o local do trabalho de campo, inicialmente foi realizado contato com a escola que prontamente aceitou a realização desta pesquisa. Como método de coleta de dados, foram realizadas entrevistas com os gestores e professores da unidade para verificar a implementação e execução do Programa. Além disso, elaborou-se um questionário para ser aplicado aos estudantes matriculados no Programa Projovem Campo dessa unidade executora a fim de traçar o perfil socioeconômico desses jovens e sua percepção sobre o Programa. A partir do levantamento do número de matriculados no programa (120 estudantes), buscou-se aplicar o questionário aos frequentes (60 estudantes), contudo, foram respondidos 39 questionários.

Durante os trabalhos de campo, que foram realizados semanalmente nos meses de março, abril e maio de 2016, além da aplicação de questionários e da realização de entrevistas outros procedimentos metodológicos também foram utilizados: a observação das atividades realizadas na escola e a pesquisa-ação, ao propor intervenções ao longo do trabalho de campo. Thiollent (*apud* GERHARDT, 2009 p. 34) define que “a pesquisa ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo”. Nesse caso, as ações foram feitas em prol da melhora do acolhimento das crianças filhas das estudantes do Programa Projovem.

Posteriormente, ainda durante os trabalhos de campo, foi traçado o perfil socioeconômico dos estudantes (atentando-se para auto declaração de cor e/ou raça) para que fosse possível convidar jovens mães negras para a realização das entrevistas em profundidade. Tais entrevistas tiveram o intuito de captar a trajetória de abandono e retomada dos estudos dessas mulheres e sua relação com a maternidade, considerando as dificuldades vivenciadas por elas, com a finalidade de levantar e evidenciar a importância das salas de acolhimento para que essas mulheres negras pudessem concluir o ensino fundamental. Além dessas entrevistas, também foram realizadas entrevistas com os

coordenadores, professores e com as educadoras sociais voluntárias do Programa Projovem conforme disposto no Quadro 1.

ENTREVISTADOS	NÚMERO
Diretores da escola	1
Coordenadores da escola e do programa	2
Professores do programa na escola	5
Educadoras sociais do programa	2
Mães negras estudantes do programa	5
Total de entrevistas	15

Quadro 1 – Número de entrevistados no CEF Pípiripau II.

Elaboração: Figueiredo, 2016.

As entrevistas foram gravadas e, em seguida, transcritas, tabuladas e analisadas. As variáveis consideradas para análise foram gênero e raça, a fim de verificar se, de fato, as salas de acolhimento proporcionam às jovens mães negras a possibilidade de continuidade e conclusão do ensino fundamental.

Resultados e discussões

As desigualdades no campo educacional são diversas. Quanto às desigualdades de gênero, as mulheres superaram os homens no nível de escolarização nas últimas décadas, mas esse ganho em crescimento de oportunidades não tem se refletido no acesso, permanência e nos salários no mercado de trabalho. No que tange às desigualdades de raça, a população negra, majoritariamente, tem menos acesso à educação. Quando comparados os indicadores de escolarização das mulheres brancas com os das mulheres negras, observa-se uma grande desigualdade (SOTERO, 2013) e por isso é fundamental considerar a interseccionalidade de gênero e raça.

Para Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade é

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Assim, as desigualdades de gênero e raça na educação derivam dos eixos estruturantes de subordinação sexista e racista, os quais também se intersectam com o eixo classista da exclusão educacional no país, o que faz com que mulheres, negras e pobres tenham maior dificuldade ao acesso e permanência na escola.

Sabe-se que dentre as inúmeras dificuldades, a imposição patriarcal dos cuidados da família e das crianças sob a responsabilidade das mulheres, com efeito, faz com que muitas destas abandonem a escola por não conseguir conciliar trabalho, estudos e vida familiar. Para garantir o acesso e permanência das jovens mães no programa de conclusão da educação fundamental foram instituídas as salas de acolhimento para as crianças, filhas das estudantes, nas unidades promotoras do Programa Projovem.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), as salas de acolhimento foram criadas em resposta às demandas dos estudantes do Projovem das entradas anteriores a 2012 (BRASIL, 2014) diante da necessidade de apoio para que pudessem frequentar as aulas, bem como do número de crianças levadas por seus pais e mães para as salas de aula, durante os 18 meses de curso, principalmente em dias de avaliações, gerando diferentes experiências no país de acolhimento de crianças no âmbito do Programa (BRASIL, 2014).

Assim, as salas de acolhimento surgiram da necessidade de um espaço de atendimento que proporcionasse condições adequadas de segurança e bem-estar às crianças, no período em que seus pais estão frequentando as aulas do Programa. É importante esclarecer, que este não é um serviço equivalente à creche, pré-escola, escola de educação infantil ou de ensino fundamental. Trata-se de um espaço de apoio onde são proporcionadas atividades e refeições para as crianças dando parte do suporte material necessário para que as jovens mães que não concluíram o ensino fundamental possam estudar.

Fonseca (2014) destaca as tensões presentes nos debates acerca da sala de acolhimento versus creche noturna, afirmando que as salas de acolhimento constituem um serviço complementar ao Programa Projovem e que se resume a um espaço com condições adequadas de proteção, com atividades de caráter lúdico para as crianças. Em contrapartida, as creches noturnas visam a educar e cuidar de crianças durante a noite para atender pais que trabalham e/ou estudam em turnos não convencionais. Nota-se, assim, que os dois atendimentos objetivam apoiar os pais no turno da noite de distintas maneiras.

Para que esse apoio seja de qualidade, o MEC prevê que as crianças sejam acompanhadas na sala de acolhimento por profissionais pedagogos e monitores. Segundo a Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude - SECAD/MEC, as educadoras das salas visitadas eram: 78,58% mulheres, 78% com nível superior completo e 85,71% com experiência de trabalho com o público infantil (BRASIL, 2014). Realidade que não se repete quanto às educadoras sociais do CEF Pípiripau II que, apesar de serem mulheres, não tinham concluído o ensino médio e nem tinham experiência com público infantil.

Ainda segundo o MEC, as crianças acolhidas que frequentavam as salas tinham, na maioria, de 2 a 5 anos e, em menor demanda, ocorria também o acolhimento de crianças de colo de 0 a 2 anos. Com exceção dos bebês, todas as crianças que frequentavam as salas estudavam no período diurno (BRASIL, 2014). Tais dados se referem às salas de acolhimento do Programa Projovem Urbano. No caso do Programa Projovem Campo no CEF Pípiripau II, algumas mães de bebês de até um ano abandonaram por falta de espaço adequado, e as demais crianças acolhidas, em sua maioria, tinham entre 2 e 8 anos, e também havia crianças que estavam acima da idade de 8 anos atendidas na sala de acolhimento.

Castro e Abramovay (2017) estudaram as salas de acolhimento do Programa Projovem Urbano em onze municípios de oito estados da Federação. As autoras destacaram as múltiplas nuances do cuidado e do acolhimento nas diversas salas pelo país, deram voz às atoras locais, enfatizando seus depoimentos sobre suas trajetórias educacionais e familiares, tratando de questões de gênero, subalternidade no contexto

patriarcal e violência doméstica, bem como outras questões que dificultaram ou afastaram essas mulheres dos estudos.

No caso dos estudantes do Projovem Campo no CEF Pipiripau II considerou-se para análise os jovens que têm filhos no intuito de verificar a necessidade e a importância da sala de acolhimento nessa unidade de ensino. Do total de 39 questionários respondidos pelos estudantes do programa, só 26 eram jovens e foram considerados para as análises³. Desses jovens, 46% têm filhos, sendo desse total de jovens com filhos 83% mães e 17% pais, conforme indicado no gráfico 1 abaixo:

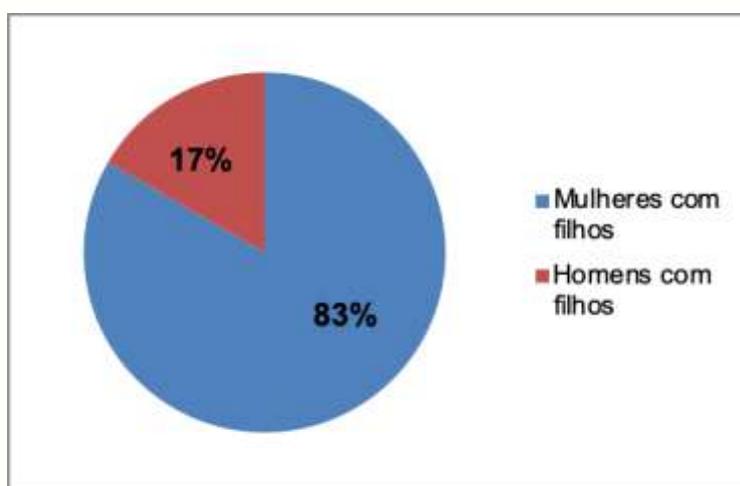


Gráfico 1: Jovens com filhos segundo o sexo

Elaboração: Figueiredo, 2016.

Dentre as jovens mulheres com filhos, a maioria não tem com quem deixar os filhos para estudarem e por isso os levam para a escola. Dentre essas jovens mães que levam os filhos para a escola (importante ressaltar que várias outras mães que não estão na faixa etária da juventude também levam seus filhos para a sala de acolhimento) a maioria, se auto declararam negras. A partir desse levantamento, foram realizadas

³ A escola tem aberto as portas para todas as pessoas que querem estudar e tem matriculado não só jovens, mas adultos e idosos, pois, aguardava a oferta de uma turma de EJA por meio do Programa DF Alfabetizado. Esse programa foi efetivado, em maio de 2016, mas a escola continuou recebendo estes estudantes fora da faixa etária da juventude utilizando a mesma infraestrutura (transporte, alimentação e acolhimento) do Programa Projovem Campo.

entrevistas em profundidade com essas jovens mães negras sobre o acolhimento de suas crianças nessa unidade de ensino promotora do Projovem Campo no Distrito Federal.

Destaca-se que o número de jovens mães atendidas inicialmente no programa era consideravelmente maior. Segundo os professores, dos 60 alunos que evadiram o programa a maioria era de mães. A passagem a seguir denota a percepção de uma professora sobre a dificuldade das mães nos primeiros meses do curso, período sem a sala de acolhimento:

Porque que nós tivemos uma redução drástica de educandos? Porque nós tínhamos mais de 45 mães, quando não se tem a Sala de Acolhimento, nós perdemos em uma lapada só - quando disse que os ônibus não iriam carregar as crianças - perdemos 45 estudantes, porque nós tínhamos muitas mães (Entrevista realizada com a professora 1).

As entrevistas com as jovens mães negras, o diretor, coordenadores e professores da escola indicaram que a experiência de implementação da sala de acolhimento no Centro de Ensino Fundamental iniciou-se com muitas dificuldades, o que tem prejudicado a execução desse Programa. Primeiramente, para o funcionamento da sala de acolhimento são necessários profissionais (um pedagogo e monitores de acordo com o número de crianças) que são selecionados em edital do Programa Projovem e encaminhados para a escola pela Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 2015, não foram designados profissionais para o atendimento nessa sala e o acolhimento das crianças foi realizado por estagiários e servidores da escola que voluntariamente “olhavam” as crianças. Boa parte do tempo, elas ficavam brincando e correndo em grupos pela escola, supervisionados em parte pelos adultos estudantes e funcionários da escola e também pelas crianças mais velhas. O coordenador do programa na escola afirmou:

A gente ficou um período longo sem sala de acolhimento, porque não tinham os educadores para a sala de acolhimento, mas a escola ela não está adequada, não tem uma sala para as crianças, a gente usa sala de aula que é do diurno, então a gente utiliza essa sala de aula que as crianças estão agora com as educadoras sociais, mas antes das

educadoras sociais virem, as crianças ficavam no corredor, ficam ali brincando uma hora um ia e olhava. No início, teve um mês, mais ou menos, que os estagiários faziam papel voluntário lá olhando as crianças, foi bem no início mesmo, depois não teve mais e aí as crianças ficaram lá. Em questão de infraestrutura a escola não está adequada e não tinha os educadores para cuidar das crianças então foi bem difícil, assim não teve a sala de acolhimento, tanto é que muitas mães desistiram (Entrevista realizada com o coordenador 1).

Os demais professores também comentaram o quão difícil foi a falta do espaço físico específico, com a infraestrutura prevista no programa, destinada ao acolhimento e à demora de mais de seis meses de iniciado o curso para a chegada das pessoas destinadas a cuidar das crianças (os monitores). Sobre esse período as professoras comentaram:

O que faltava são as pessoas para acolher as crianças e materiais pedagógicos, brinquedos para distrair as crianças. Eu inclusive tenho uma crítica muito grande a fazer, porque no meu ponto de vista estávamos deseducando aquelas crianças, porque elas estavam ficando soltas, correndo, gritando, brincando pra lá e pra cá, entre e sai de qualquer sala e isso faz com que a criança tenha uma compreensão diferente da escola. A escola tem que ser um espaço que também tem suas regras e seus limites e as crianças não estavam recebendo essas regras e esses limites (...) elas não estavam tendo essa noção de limite porque a gente não vai regular uma criança de entrar e sair de uma sala de aula porque ela está procurando a mãe, está procurando o pai ou um parente. O que faltava são as pessoas, monitores para acompanhar essas crianças para brincar com elas, para distrair elas para que elas possam aproveitar o ambiente de escola (Entrevista realizada com professor 2).

O programa previa a sala de acolhimento. Essa sala não existe, é uma sala de aula que recebe as crianças, então o que acontece, nas primeiras etapas eram 20, 30 a 40 meninos a escola abriu as salas, arrumou os espaços necessários, os servidores que estavam à noite ajudavam a coordenar um pouco as crianças porque não tinha educador, as crianças ficavam soltas. A escola fez a parte dela que é abrir para acontecer, mas o programa não cumpriu com essa parte, só agora depois de mais de seis meses que foi selecionada educadora social (Entrevista com o professor 3).

Foi em abril de 2016 que a Secretaria de Educação do GDF, por meio do Programa Educador Social Voluntário do DF/2016, encaminhou duas educadoras sociais voluntárias.

Essas educadoras devem estar cursando ou ter completado o ensino médio, e recebem por dia de trabalho (jornada de 4 horas) R\$ 22 reais mais auxílio transporte e alimentação, valores bem abaixo do que recebem os monitores da secretaria de educação. A verba que cobre esses custos provém do programa do GDF para suprir a carência de monitores nas escolas públicas e não da verba do Governo Federal destinada à execução do Programa Projovem Campo que inclui seleção de monitores e pedagogos. Segundo o coordenador da escola:

A princípio não conseguimos esse monitor e quando foi liberado veio o educador social voluntário, que não é o ideal ainda porque não tem a formação, mas que já é um grande avanço, mas acho que a escola ainda sim tem a possibilidade, eu acho que a Secretaria de Educação tem a possibilidade de tentar monitor especializado na parte de pedagogia para estar trabalhando com as crianças (Entrevista realizada com o coordenador 2).

A limitação na execução do Programa, depois de parcialmente suprida à demanda de recursos humanos, refere-se aos recursos materiais, de sobremaneira, - um espaço físico específico - para a sala de acolhimento. A escola disponibiliza uma sala de aula (com carteiras) para a realização das atividades com as crianças. Contudo, a sala de acolhimento deveria ser um local lúdico, com brinquedoteca, além de um espaço para descanso das crianças com camas/berços e/ou colchões⁴ (BRASIL, 2014). A escola não tem disponibilidade de uma sala que possa ser esse espaço permanente de descanso e lazer das crianças acolhidas no Programa, pois todas as salas são ocupadas com turmas no diurno.

O fato é que, segundo o diretor da escola, foram prometidas várias ações na escola, de reforma e de construção de outro pavilhão de salas, no qual seria destinada uma delas para ser o espaço permanente de acolhimento das crianças filhas dos estudantes do Projovem Campo. Cabe ressaltar que a escola tem uma sala de educação infantil, com mesas e cadeiras de crianças e estante com livros infantis e que é mais apropriada para o acolhimento, mas que não foi disponibilizada para o Programa por questões internas da própria escola. Segundo as entrevistas não há comprometimento dos professores do

⁴ Resolução nº 11 de 16 de abril de 2014. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

diurno com o funcionamento da escola à noite, e por isso há uma série de limitações como: proibição do uso do banheiro dos professores e das salas de aula da educação infantil, dificuldades de acesso à internet e à biblioteca, entre outros.

Não obstante, a sala de educação infantil ser mais adequada para essas crianças, ela ainda não é, e não supre a necessidade de um espaço físico específico da sala de acolhimento. A falta desse espaço, de fato, é um empecilho para o acolhimento das crianças, pois uma sala cheia de carteiras não é um espaço de descanso e lazer e, portanto, não as acolhe de modo adequado. Nas entrevistas com as jovens mães negras elas foram perguntadas se achavam que a sala disponibilizada era um local adequado para a segurança, descanso e lazer de seus filhos e elas relataram:

Não. Porque tem muito ferro, tem muita tomada destampada não tem o tapete de borracha no chão, não tem lugar para elas dormirem, não tem trocador, não tem um lanche pra elas também, não tem muitas atividades (Entrevista realizada com a mãe 1).

Não. Por causa das tomadas que são muito embaixo e na porta e na parede. Eu já vi muitas tomadas destampadas (Entrevista realizada com a mãe 2).

A mesma pergunta foi feita para as educadoras sociais voluntárias que responderam:

Infelizmente não, porque falta material para trabalhar com as crianças, a sala não é preparada o bastante, não tem colchonete quando as crianças precisam dormir, quando ela sente sono e tudo mais, a gente tem que se virar de alguma forma (Entrevista realizada com a educadora social 1).

Não. porque tem tomadas no alcance das crianças, a sala não tem um espaço adequado para elas ficarem brincando, podem subir nas mesas, cair e machucar (Entrevista realizada com a educadora social 2).

Além da dificuldade do espaço, a falta de materiais também compromete o lazer e as atividades das crianças atendidas na sala de acolhimento. Segundo as entrevistas com os professores e coordenadores, nenhum material foi enviado para a escola destinado a

esse fim. As entrevistas com as educadoras sociais revelaram que são elas que trazem atividades para as crianças arcando com os custos do material utilizado.

Verificou-se também, no início dos trabalhos de campo, que as crianças dispunham de uma pequena caixa de papelão com poucos brinquedos em mau estado de conservação, que foram fruto de doações arrecadadas⁵ por um dos coordenadores do programa. A arrecadação realizada não supre a demanda de brinquedos e tampouco supre a necessidade de materiais para o desenvolvimento de atividades com as crianças de diferentes idades. Mais que isso, doações são importantes e bem vindas, mas é papel do Estado implementar e executar a política pública que partiu da definição de agenda em conformidade com a demanda social, com a formulação de uma política inclusiva para jovens mães em espaços educacionais, mas que não está sendo implementada e executada conforme a definição em agenda política.

As principais atividades desenvolvidas pelos educadores envolviam: pinturas, massinhas de modelar, giz de cera, lápis de cor, canetinhas; brinquedos pedagógicos, jogos de tabuleiro, jogos de montar; auxílio na tarefa escolar (para as crianças de 5 a 8 anos); brincadeiras no parquinho e nas quadras desportivas e; apresentações em datas comemorativas. Contudo, a escola não recebeu nenhum material para realizar as atividades listadas. A Resolução nº 11 de 16 de abril de 2014⁶ (BRASIL, 2014) sugere uma lista de materiais para as salas de acolhimento conforme o Quadro 2.

Nas sugestões citadas para o material destinado à sala de acolhimento há a indicação de material de suporte para descanso como os colchonetes e as almofadas, material para atividades como tintas e massa de modelar e brinquedos lúdicos como jogos para diferentes idades, além de bonecas e bonecos que contemplem a diversidade de gênero e raça. Contudo, o envio desses materiais não se efetivou, somando-se a outras dificuldades de implementação da sala de acolhimento.

⁵Posteriormente, outra campanha foi realizada (pela pesquisadora) com uma arrecadação maior de brinquedos, materiais e uma caixa de madeira para guardá-los.

⁶ Estabelece os critérios e as normas para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e aos municípios para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Campo – Saberes da Terra para o ingresso de estudantes a partir de 2014.

A própria SECAD/MEC aponta alguns desafios na implantação das salas de acolhimento, a saber: o espaço físico - na maioria dos lugares é adaptado e não de forma permanente; a necessidade de equipamentos mais diversificados, para o entretenimento das crianças; a composição etária das crianças diversificada que requer mais atenção aos mais novos e; a necessidade de investimento na formação das educadoras - importância da formação continuada (BRASIL, 2014).

<ul style="list-style-type: none">• Colchonetes: de espuma, revestidos em napa sintética, com dimensões aproximadas de: 95 cm (comprimento) x 44 cm (largura) x 3 cm (espessura);
<ul style="list-style-type: none">• Fraldas descartáveis;
<ul style="list-style-type: none">• Tinta guache: conjunto de têmpera guache formado por potes plásticos contendo 500 ml de tinta atóxica, solúvel em água, em 13 cores;
<ul style="list-style-type: none">• Massa de modelar: produzida à base de amido, atóxica e macia, embalada preferencialmente em potes plásticos com tampa; sugere-se um conjunto composto por 12 cores vivas e brilhantes, 12 cores foscas e 6 cores fluorescentes;
<ul style="list-style-type: none">• CDs com músicas infantis;
<ul style="list-style-type: none">• Almofadas: confeccionadas com enchimento em fibra sintética, atóxica e antialérgica, em tecido de algodão, tipo plush, colorido; dimensões aproximadas: 60 cm x 60 cm x 15 cm (espessura), preferencialmente em diferentes formatos (casa, flor, borboleta, estrela-do-mar, por exemplo);
<ul style="list-style-type: none">• Bonecos e bonecas: produzidos em borracha macia, atóxica e lavável, com cabeça e membros articulados e vestimenta em algodão antialérgico, com aproximadamente 50 cm de altura; dispor tanto de bonecas negras (e negros) como brancas (e brancos);
<ul style="list-style-type: none">• Jogos diversos: quebra-cabeça para as diferentes idades, dama, xadrez, jogo da memória; bolas; carrinhos de plástico.

Quadro 1 - Sugestões para os materiais destinados à sala de acolhimento.

Fonte: BRASIL, 2014.

Elaboração: Figueiredo, 2016.

Não obstante as várias dificuldades apontadas, as jovens mães e as educadoras sociais relataram a importância desse acolhimento, mesmo não sendo o mais adequado, para que possam concluir a educação fundamental. Em seus depoimentos, elas afirmaram:

A importância é que a gente aprende mais, a gente presta mais atenção nas aulas e com a criança a gente não presta muita atenção porque tem que ficar olhando elas (Entrevista realizada com a mãe 3).

É muito importante porque com a sala de acolhimento no espaço que a mãe está estudando é uma ajuda imensa, pois a maioria das mães não tem com quem deixar os filhos em casa então é um grande apoio para as mães concluírem o ensino (Entrevista realizada com a educadora social 2).

Todas as jovens mães negras entrevistadas disseram estarem felizes por voltarem a estudar, sonham cursar o ensino médio e o nível superior. Afirmaram que se a escola não recebesse seus filhos elas não viriam, corroborando, portanto, com a afirmação de que as salas de acolhimento são necessárias e importantes, e mais que isso, de que é uma ação que, com efeito, proporciona a oportunidade para a continuidade dos estudos por meio da inclusão das jovens mães em espaços educacionais.

Considerações finais

Importante ação afirmativa de inclusão de mulheres em espaços educacionais, a sala de acolhimento é fundamental para o sucesso no percurso formativo dessas jovens mães que não concluíram a educação fundamental. Mais que isso, Castro e Abramovay (2017) afirmam que “as salas de acolhimento colaboram para desestabilizar a reclusão das mulheres ao plano do doméstico”.

A sala de acolhimento nesta escola não foi implementada plenamente. A partir da chegada tardia (seis meses depois do início do curso) das educadoras sociais, iniciou-se a acolhida sem infraestrutura para descanso, pois não havia berços/camas ou colchões. O acolhimento aconteceu em sala de aula sem os recursos materiais especificados na formulação dessa política limitando o desenvolvimento dessa ação. Desse modo, percebe-se que o acolhimento das crianças se desenvolveu com certo improviso nessa unidade de ensino.

Ademais, apesar das dificuldades na execução da sala de acolhimento nesta escola, as jovens mães negras entrevistadas afirmaram que essa ação é fundamental para que possam estudar. Constata-se, assim, que essas salas proporcionam maior segurança e conforto para as jovens poderem estudar, sabendo que seus filhos estão cuidados em um

espaço, o que permite que elas se sintam seguras pela proximidade da sua sala de aula com o espaço das crianças. Mais que isso, pode-se dizer que com a formação oferecida, essas mulheres estão cada vez mais empoderadas, cientes de que a educação é um direito, e não apenas um sonho.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 11 de 16 de abril de 2014 do **Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação (MEC)**. Estabelece os critérios para a transferência de recursos financeiros para o Projovem Campo – Saberes da Terra para o ingresso de estudantes a partir de 2014.

CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Miriam. Gênero e cuidado em políticas: salas de acolhimento do Projovem Urbano. **Cadernos de Pesquisa**. Rio de Janeiro, v.47, n.163, p.264-291, jan/mar 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Joaquim Barbosa. Ações Afirmativas: Aspectos jurídicos. In: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Petrópolis; ABONG, 2002. p. 123-143.

FONSECA, Rosilaine Gonçalves da. **Como estudar se não tenho com quem deixar meus filhos?** Um estudo sobre as salas de acolhimento do Projovem Urbano. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação social da população negra por estado**/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: IPEA.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar na juventude brasileira** / Enid Rocha Andrade Silva, Debora Macedo, Marina

REVISTA EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA | v. 16, n. 45, p. 373-391, 2019.

ISSN ONLINE: 2238-1279

Figueiredo; Organização Internacional do Trabalho (OIT); OIT Escritório no Brasil;
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). - Brasília: OIT, 2015.

QUERINO, Ana; LIMA, Cleiton; MADSEN, Nina. Gênero, Raça e educação no Brasil
contemporâneo: desafios para a igualdade. In: **Faces da desigualdade de Gênero e Raça
no Brasil**. Org. Alinne de Lima Bonetti, Maria Aparecida Abreu. Brasília: IPEA, 2011.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas
implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: **Dossiê mulheres negras: retrato
das condições de vida das mulheres negras no Brasil/** organizadoras: Mariana Mazzini
Marcondes [et al.]. - Brasília: IPEA, 2013.

Submetido em 13/03/2017

Aprovado em 12/07/2019

Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)